



PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO E OS SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS PELAS FAMÍLIAS E GESTORES LOCAIS: ENTRE DEPÓSITO DE CRIANÇA, CUIDAR E EDUCAR

Jaqueline Otilia Kemp¹
Leandro Forell²

PALAVRAS-CHAVE: educação; escola; programa; política pública;

O Programa Mais Educação (PME) é um programa criado pelo governo federal como uma projeção de Educação Integral futura. Esse objetivo pode ser encontrado no Manual Operacional de Educação Integral, postado na página *on-line* do MEC “É uma estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral”. (BRASIL, 2013, p. 5).

Diante da organização e efetivação dessa e outras políticas públicas em torno da educação de tempo integral³, a produção do conhecimento se apresenta para além da escola, a comunidade se torna agente de uma multiplicidade de saberes com um olhar diferenciado e reorganizado, aproveitando suas realidades e conhecimentos nele introduzidos. O objetivo deste texto é trazer um recorte de uma pesquisa realizada no campo dos estudos socioculturais que buscou debater os significados atribuídos ao esporte no contexto do PME inserida em uma escola estadual na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Especificamente, trazemos aqui para o debate a forma como os participantes do Programa, entre eles, as famílias e gestores locais se apropriaram desta ação pública. Para isso utilizamos de diários de campo, que permitiu um olhar de perto e de dentro (MAGNANI, 2002) e entrevistas semiestruturadas, importantes para a pesquisa, pois “A obtenção de explicações fornecidas pelos próprios membros da comunidade investigada permitiria obter aquilo que os antropólogos chamam de ‘modelo nativo’, matéria-prima para o entendimento antropológico” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006, p. 22) materiais desenvolvidos no período de fevereiro a dezembro de 2013.

Os documentos que fundamentam a proposta do PME propõem um trabalho sustentado nas parcerias e nas interlocuções dos setores envolvidos, sugerindo “Trocias sustentadas na horizontalidade das relações políticas, gerenciais e técnicas” (BRASIL, 2009, p. 25). As ‘trocas sustentadas na horizontalidade’ supõem trocas necessárias entre os setores que criam, organizam, viabilizam, implementam e avaliam as ações públicas. Essas trocas sugeridas aconteceram de forma tímida no campo pesquisado, onde o diálogo entre a escola e outros setores se mostraram restritos para atender as demandas encontradas pelos gestores, ocasionando dificuldade em se alcançar com êxito o objetivo que, neste caso, era proporcionar as crianças, jovens e adolescentes uma educação que privilegie o sujeito a partir de diferentes formas de aprender. Essa falta de diálogo ficou explícita na fala da diretora da escola

“Infelizmente nós não temos a quem recorrer, tu podes até ir na Coordenadoria de Educação, eles te escutam, mas não resolve, é bem isso, o discurso é lindíssimo, só que eu vejo que não funciona na prática porque, aqui, o dia a dia é outra coisa, entendeu?” (Entrevista, 19 dez. 2013).

Podemos perceber que, a diretora acredita que o programa seja uma proposta interessante, mas mostra-se insatisfeita em relação a não ter a quem recorrer quando os problemas de execução e manutenção do programa na escola surgem, deixando claro sua opinião em relação, neste caso, ao distanciamento entre o discurso e a prática. Essa articulação entre os diferentes setores é uma tarefa um tanto complexa. Para visualizarmos



melhor essa situação, podemos pensar na escola participante da pesquisa: conforme relatos dos participantes, suas expectativas em relação ao programa percorreram diferentes caminhos. A direção, por exemplo, recebeu o programa com a expectativa de obter para a escola uma injeção financeira nunca tida antes, que deveria dar possibilidade de investimentos em materiais didáticos e alimentação; mas, ao mesmo tempo, como identificamos no decorrer da pesquisa, a verba era insuficiente para as exigências propostas para desenvolver o programa em sua íntegra, sendo necessárias adaptações conforme a realidade encontrada. Essa ação traz consigo várias demandas, como a necessidade de espaços maiores e diferenciados, infraestrutura, materiais didáticos que não eram pensados para essa escola. Além disso, existe a necessidade de viabilizar monitoria em parceria com a comunidade, que até então se mostrava pouco participativa no contexto escolar – elementos presentes no processo de introdução, adaptação e efetivação do programa naquele contexto.

Já o coordenador do programa na escola aponta suas expectativas para outras direções. Conforme seu relato, ao assumir essa função, visualizava esta ação como um espaço diferenciado de aprendizagens, maiores oportunidades para as crianças, mas, no decorrer do trabalho, as expectativas foram modificando conforme os resultados obtidos

“Eles trazem, depositam as crianças aqui, é isso mesmo... depositam a criança aqui e “vocês cuidam pra mim”, eles não querem nem saber se a criança está aprendendo. Tem comida tá bom, não se quebrou, não sangrou? Tá bom.” (Entrevista com o coordenador, 18 dez. 2013).

O termo ‘depósito’ vem carregado de sentido: os gestores locais demonstraram o sentimento de abandono, sem a participação das famílias e do poder público nesse processo de cuidar e educar a que se propõe o PME na escola. O coordenador não foi o único a se referir ao programa na escola como ‘depósito’, esse discurso esteve presente também na fala de alguns monitores

“Não participam, funciona muito como um depósito. Eles vêm e largam os filhos e deu, a gente que se lixe.” (Entrevista com a monitora apoiadora, 18 dez. 2013).

Mas há controvérsias em relação a esse sentido dado ao programa como um espaço de depósito quando direcionamos o olhar para as famílias das crianças participantes. Durante as entrevistas e nas conversas informais com os familiares, esse pensamento de depósito em momento algum apareceu; os familiares tinham a escola como um espaço importante para deixar seus filhos, onde eram alimentados e cuidados. Aqui aparece a diferença entre as formas de compreender e se utilizar do programa, pois as famílias não estavam preocupadas com elementos que dizem respeito às oportunidades de aprender, não em um primeiro momento – estas, para eles, são necessidades secundárias à sobrevivência e ao bem-estar de sua família. Já, para os gestores, as crianças estavam ali com o principal objetivo de aprender, sem ampliar seus olhares para outros objetivos. Isso nos leva a perceber que, por mais que na interpretação dos gestores o programa não estivesse dando prioridade a seu objetivo central, de melhorar a qualidade da educação, para as famílias esse espaço cumpria outro papel social que não o da educação, mas o do cuidar. No relato dos responsáveis pelas crianças, aparece a importância que dão ao programa e o olhar que estendem a ele, onde as necessidades objetivas das famílias e das crianças estão diretamente relacionadas aos cuidados destas, oportunizando assim as atividades de trabalho aos familiares

O programa ajuda muito as crianças, as famílias, porque as mães trabalham o dia inteiro, eles ficam na rua, e estando ali dentro tem alguém olhando por eles, tão fazendo uma atividade, sem contar a comida, pois em casa muitos não têm. (Entrevista com avó de uma aluna, 17 dez. 2013).

Segundo Mosna (2014, p. 179), O binômio educar e cuidar significa uma ação pedagógica indissociável e é a escola o tempo-espaço de educação e cuidado, na perspectiva



de garantia de direitos historicamente subtraídos desses (as) estudantes. Nos documentos oficiais da elaboração e execução do PME, está descrito que ele deveria ser uma política que articula “educação/proteção”, buscando criar oportunidades e garantias em relação ao acesso e permanência da criança na escola através da educação de tempo integral. Conforme o debate, o programa não tem a pretensão de ser uma ação paliativa, mas para que isso aconteça e ele deixe de ter seu sentido reduzido ao uso literal da palavra ‘cuidar’, por parte de seus participantes, a caminhada ainda é recente e precisa direcionar os rumos e objetivos nesse longo percurso. Pensando o termo ‘proteção’ para muito mais que a simples tarefa de manter as crianças ‘longe dos perigos das ruas’. Sendo assim, a realização de um programa da pretensão do Mais Educação vai muito além de ter espaço, infraestrutura, materiais didáticos: é importante uma mudança em relação à concepção de educação e de formação constante. Este aprender a ‘fazer’ o PME está repleto de significados; cada segmento – familiares, gestores, funcionários, monitores – caracteriza esse espaço de forma diferente. Percebemos que cada um sustenta suas posições com base nas próprias experiências, condições de vida, e quando o programa é colocado em ação, os interesses e apropriações adquirem diferentes faces em um contexto que, sem o diálogo necessário, não consegue ser compartilhado de forma coletiva para se alcançar os objetivos comuns.

REFERÊNCIAS

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto C. de. **O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: UNESP, 2006. p.17- 35.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.17, n.49, p. 11-29, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação Integral**: texto referência para o debate nacional. Brasília; Secad, 2009. 52 p. (Série Mais Educação).

_____. **Manual Operacional de Educação Integral**. Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília/DF, 2013.

MOSNA, Rosa Maria Pinheiro. **Avaliação da política pública “Programa Mais Educação” em escolas de ensino fundamental da Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul: os impactos na qualidade da educação e no financiamento do ensino fundamental**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

O presente trabalho contou com apoio financeiro de bolsa de pesquisa CNPQ, para sua realização.

¹ Mestra em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS. jokempp@hotmail.com.

² Doutor em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS. leandroforell@gmail.com.

³ Existe uma diferença importante a observar aqui entre escola de tempo integral e a Educação Integral. Através da ampliação da permanência da criança na escola (escola de tempo integral), o programa propõe discutir, estudar e inserir aos poucos práticas diversificadas em relação a uma nova forma de olhar a educação que visa a uma formação do sujeito como um todo, a Educação Integral.